

ELEMENTOS PARA A SOCIALIZAÇÃO ESCLARECIDA DO MESTRANDO EM ADMINISTRAÇÃO

ELEMENTS FOR THE ENLIGHTENED SOCIALIZATION OF THE MASTER'S IN ADMINISTRATION

Recebido em 16.01.2023. Aprovado em 11.03.2023.

Avaliado pelo sistema *double blind review*

DOI: <https://doi.org/10.12712/rpca.v17i1.57081>

Uajará Pessoa Araújo

uajara@cefetmg.br

Programa de Pós-Graduação em Administração/CEFET- Belo Horizonte/MG, Brasil

<http://orcid.org/0000-0003-1288-1514>

Rita de Cássia Leal Campos

rita.campos.adm@gmail.com

Programa de Pós-Graduação em Administração/Universidade Federal de Lavras- Lavras/MG, Brasil

<http://orcid.org/0000-0001-6092-8810>

Lívia Maria de Pádua Ribeiro

livia.padua2014@gmail.com

Programa de Pós-Graduação em Administração/CEFET- Belo Horizonte/MG, Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-5271-9397>

Alyce Cardoso Campos

alycecardosoc@yahoo.com.br

Programa de Pós-Graduação em Administração/Universidade Federal de Lavras- Lavras/MG, Brasil

<http://orcid.org/0000-0001-6903-9542>

Resumo

O objetivo deste ensaio - aplicável, descritivo, qualitativo e interpretativista - é disponibilizar conteúdo crítico para a socialização acadêmica esclarecida de alunos entrantes do mestrado em administração, discutindo a gênese, o alcance e as implicações das regulações e de outros elementos da estrutura do campo científico da área; sob a ótica de um conjunto selecionado de perspectivas teóricas. O material foi aplicado com resultado aprofundado pelo aprofundamento das discussões destacadas ao final do artigo.

Palavras-chave: Socialização Acadêmica. Campos Organizacionais. Campo Científico da Administração.

Abstract

The purpose of this essay - applicable, descriptive, qualitative and interpretive - is to provide critical content for the enlightened academic socialization of students entering the master's in administration, discussing the genesis, scope and implications of regulations and other elements of the structure of the scientific field in the area; from the perspective of a selected set of theoretical perspectives. The material was applied, with results guaranteed by the deepening of the discussions highlighted at the end of the article.

Keywords: Academic Socialization. Organizational Fields. Scientific Field of Administration.

Introdução

Nestas notas, apropria-se de forma livre do conceito de socialização próximo ao contido na obra de Pierre Bourdieu (1983): “O Campo Científico”. Daí, **trata-se de observar o consumo de elementos pretensamente indutores da socialização esclarecida do iniciante do mestrado em Administração**, facilitando-lhe meios que lhe permitam antever a estrutura que lhe é impingida e, em decorrência, poder preparar-se da melhor forma para o curso.

Como se aprende em Bourdieu (1983), admite-se que o iniciante no mestrado é instado a perceber a dinâmica e a agir no campo científico brasileiro, principiando nele o fenômeno da interiorização de uma exterioridade objetivamente estruturada, dotada de regulações e de recursos, mantida por uma burocracia científica, suportada pelos “pares” e pelo aparato legal, que regula o acesso aos meios de pesquisa e de divulgação. Ela também distribui os créditos em reputação aqueles bem-sucedidos em só admitir como boa prática de fazer ciência a reprodução do padrão mais consoante ao sistema.

O aparato é de tal forma que no Brasil de fevereiro de 2021, e de acordo com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), ingere em 7.062 cursos de pós-graduação stricto sensu recomendados, alocados em 4.642 Programas de Pós-graduação (PPG), 192 na Área Administração Pública e de Empresa, Ciências Contábeis e Turismo. De pronto, não há como relevar os demais PPG, uma vez que interferem no Campo Científico da Administração (CCA, foco deste trabalho), competindo por alguns recursos ao mesmo tempo que disponibilizam outros para o próprio CCA via, por exemplo, novos métodos e perspectivas.

Em 2019, último ano de dados consolidados pela Capes, os PPG da Administração (PPGA) contavam com 4,1 mil docentes e um número não disponível de técnicos administrativos para estimados 13,5 mil alunos, dos quais 1,5 mil entrantes no mestrado acadêmico. Esses ativos: docentes, técnicos administrativos, discentes e PPGA, com suas estruturas físicas, estão distribuídos por mais de uma centena de instituições de ensino, que em geral, oferecem cursos nas diferentes Áreas de Conhecimento e nos diversos níveis, segundo grau e/ou técnico, graduação, pós-graduação stricto sensu e lato sensu. Novamente, não é razoável isolar os PPGA afastando os efeitos (favoráveis, como recursos a serem utilizados; e contrários, como competidores de recursos) das diversas modalidades e níveis de ensino, usualmente consolidados em múltiplos Departamentos Acadêmicos das Instituições de Ensino Superior (IES).

A própria IES e os outros PPG são apenas dois dos fatores intervenientes no ambiente. O PPGA e seus integrantes, entre eles o futuro mestre, inclusive, são afetados por um conjunto expressivo de entidades, normas, valores, teorias de ação e crenças, que precisa ser explorado pela sua atuação significativa. como neste ensaio, aplicável e descritivo; qualitativo e interpretativista de um fenômeno nos quais os autores estão imersos, ainda que nem todas os apontamentos decorram da prática e da observação dos ensaístas, que recorrem a outras fontes.

Campo científico da Administração

Machado-da-Silva, Guarido Filho e Rossoni (2006) sistematizaram a literatura sobre “campo organizacional”, colocando o conceito como dependente de uma ou outra corrente teórica. Assim, o campo pode ser visto como: (i) conjunto de organizações que compartilham sistemas de significados comuns e que interagem entre si; (ii) conjunto de organizações interdependentes, operando em uma arena específica em associação com seus parceiros; (iii) conjunto de organizações que se reconhecem como participantes de um mesmo debate; (iv) resultado da disputa por dominação; (v) construções produzidas por organizações detentoras de poder, que influenciam as regras de interação e de dependência do campo; e, (vi), conjunto formado por redes de relacionamento entrelaçadas que emergem de ambientes estruturados e estruturantes.

O CCA pode ser tomado como contido no campo científico, que por sua vez é um dos campos organizacionais, pelo menos de acordo com Bourdieu (1983). Para entendê-lo, não há a necessidade de optar por uma entre as demais conceituações de campo; elas podem ser tomadas como extensões do mesmo objeto, assim multidimensional (sistemas de significação, relações de troca, autorreconhecimento, luta pelo poder e dominação, regras, recursos, estruturas, redes e agentes).

Quanto às regras, os cursos de mestrado e doutorado só podem funcionar no país se avaliados e aprovados de acordo com as disposições do Sistema Nacional de Pós-Graduação, coordenado pela Capes. Para tanto, os PPGA devem conceber, implantar e manter infraestrutura física e administrativa adequadas, docentes capacitados e em número suficiente para as aulas e orientações e arranjo pedagógico apropriado, que ensejem o cumprimento dos prazos de conclusão de dissertações e teses, produção intelectual e outras retribuições à sociedade.

Alguns desses quesitos são quantificáveis, cabendo destaque à produção intelectual. Cada docente do PPGA deve listar sua produção intelectual na Plataforma Lattes, que serve como fonte para abastecer a Plataforma Sucupira da Capes – sistema de operacionalização das avaliações dos PPG – de tal forma que a produção bibliográfica do PPGA é o conjunto, sem repetição por coautoria, da produção de seus integrantes.

De toda a produção intelectual, a publicação de artigos em periódicos tem maior relevo. Os pesquisadores, convertidos em autores, podem escolher entre os periódicos brasileiros e internacionais para divulgação de trabalhos. Os periódicos nacionais são, de regra, associados a um PPG e/ou a IES ou a associação de pesquisadores ou a entidades de pesquisa. Com isso, os seus editores, comitês técnicos e pareceristas são pessoas ligadas a diversos PPG/IES ou oriundas de outras entidades científicas.

Para atrair melhores trabalhos, os editores de periódicos procuram alcançar e manter uma boa avaliação (medido pelo Qualis corrente, com pontuação entre 0 e 100, dependendo do extrato do periódico).

É relevante destacar que uma publicação somente computa pontos para o Programa se constar entre seus autores um docente permanente (do Núcleo de Docentes Permanentes, NDP). Não seria arriscado supor que essa disposição seja sistematicamente lembrada aos discentes e demais docentes do PPGA. Em função da totalização dos pontos da produção publicada em periódicos e de outros parâmetros, qualitativos e quantitativos, os PPG são avaliados quadrienalmente com grau 1, 2 (ambos indicadores de insuficiência, que implica na descontinuação do PPG), 3 (regular, suficiente apenas para o nível de mestrado), 4 (bom, grau mínimo para o PPG manter um doutorado) e 5 (muito bom). Em um patamar diferenciado, com grau 6 ou 7, estariam os PPG de excelência. A repercussão de uma nota superior é significativa, incluindo reputação, atração de maiores talentos, recebimento de maior número de bolsas. Por outro lado, rebaixamento ou nota 1 ou 2 repercute: quando não é o caso cataclísmico de descontinuação, coloca o PPG em evidência negativa dentro da Área e na IES.

Pode-se admitir os PPGA como assentados no tripé infraestrutura-docentes-discentes. O papel reservado ao discente inclui: ter bom aproveitamento nas disciplinas, entregar as atividades tempestivamente, defender a monografia no prazo regulamentar, participar de projetos de pesquisa, ser autor de artigos e, uma vez egresso, dar adequada e relevante destinação ao conhecimento adquirido. Para além da aparente razoabilidade desse script, é corrente a exigência de se cursar oito ou mais disciplinas em um ano, a maioria delas exigindo um paper. Para quem nunca escreveu ou mesmo para mais experientes é um desafio e tanto, que retumba em trabalhos de qualidade duvidosa, burilados quando muito pelo docente da disciplina para submissão a Congressos. Pelo menos e como regra, aprende-se a escrever uma comunicação científica, também à custa do trabalho solidário de pareceristas.

Uma vez que sua avaliação depende de seus discentes, os PPGA buscam selecionar candidatos que lhes pareçam mais conformáveis às necessidades. Além de possuir capacidade financeira para se manter ao

longo do curso, o discente normalmente é escolhido entre aqueles que obtenham boa nota no teste ANPAD e/ou outro exame próprio e demonstrem capacidade e interesse científicos através da defesa de pré-projeto, cartas de recomendação, histórico escolar, participação em Iniciação Científica e produção bibliográfica. Normalmente, a seleção se dá por Editais, que são assemelhados entre si. Evidência da uniformização dos processos seletivos pode ser constatada apurando-se o aproveitamento de candidatos inscritos em mais de um processo: quem vai bem, vai bem em todos (e pode escolher, sendo razoável esperar que a opção considere fatores pessoais, como preferências e disponibilidade financeira, pesados junto com a nota do PPG, a disponibilidade potencial de bolsas e até mesmo horário das disciplinas). Fecha-se o ciclo: melhores PPGA amealham discentes entrevistados como de maior capacidade de produção que, se consubstanciada, contribui para melhor nota do Programa. O filtro da seleção testa a conformidade dos candidatos frente ao padrão (provavelmente, uma reprodução da autoimagem dos selecionadores, que passaram pelo mesmo funil em algum momento da vida acadêmica), elimina “estranhezas” (pessoas com particularidades dissonantes), assegura a uniformidade dos entrantes, o que tem o cordão, mesmo não pretendido, de facilitar a socialização.

A estabilidade do sistema é mantida até por efeito de forças externas, como o Ministério Público e o Tribunal de Contas da União, zelosos em coibir atipicidades nas universidades federais, receptoras da maior fração dos novos mestrandos. Como persistem críticas ao sistema (que haveria algum espaço para subjetividade e discricionariedade dos selecionadores), os órgãos de vigilância exigem transparência: filmagem das seções de defesa de pré-projeto e de entrevistas, inclusive. Não é de se estranhar que os PPGA optem por manter o convencional, mesmo se não o desejassem.

Contar com docentes “produtivos” e capacitados é condição necessária, ainda que insuficiente, para uma boa avaliação do PPG. Depreende-se que, de acordo com os quesitos mais recentes para os PPGA, no quadriênio de avaliação, esse docente produtivo:

- Somaria com uma pontuação considerável pela publicação em periódicos de maior Qualis;
- Comprovaria a produção de uma combinação de produtos técnicos;
- Seria coordenador de pelo menos um projeto de pesquisa com financiamento externo;
- Dedicaria algumas horas (limitadas) ao ensino e orientação na graduação;
- Responderia por uma carga horária de ensino no PPGA superior ao mínimo estabelecido e por pelo menos duas orientações de dissertações ou de teses concluídas;
- Demonstraria inserção no CCA, indicada pela atuação como editor e/ou parecerista de periódicos e de eventos, como consultor para a Capes e entidades de fomento, como dirigente ou membro de conselhos das Associações de Pesquisa e sendo recipiente de honrarias científicas;
- Coordenaria projetos de extensão de repercussão social;
- Participaria de redes internacionais de pesquisa;
- E, no ápice, teria bolsa de produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, reservada a pesquisadores “estrela”.

Ao docente, o CCA reserva múltiplos papéis, como indicado no Quadro 1.

Quadro 1 – Papéis para o docente

Papel	Atuação
Gerente	Coordenação de PPGA Representação do PPGA frente a IES e a Capes Editoria de periódicos Coordenação de congressos Coordenação de projetos Coordenação de grupos de pesquisa Arregimentação, gestão e prestação de contas de recursos
Pesquisador	Proponente de projetos de pesquisa Executante de projetos de pesquisa Desenvolvimento da rede de colaboração
Professor	Concepção e atualização pedagógica do curso Docência Supervisão de estágio de docência Orientação de dissertação e de tese
Avaliador e consultor	Consultor de editais de fomento Selecionador de entrantes do PPGA Parecista de periódicos Parecista de congressos Consultor do Sistema de Avaliação da Capes
Autor	Artigos em periódicos <i>Paper</i> em congressos Livros e capítulos de livros Relatórios de pesquisa
Extensionista	Coordenação em projetos de extensão com alcance social

Fonte: Elaborado pelos autores

Essa diversidade de atuação fica evidente ao se analisar o currículo de pesquisadores com bolsa de produtividade do CNPq: tais pesquisadores executam ou executaram, com relevo, a maior parte das atividades listadas no Quadro 1, caso contrário, não seriam agraciados com o recurso.

Evidencia-se dessa forma que, atuando em paralelo e alinhados, a Capes e em menor escala o CNPq em conjunto com as outras entidades de fomento (FAP) disciplinam o CCA, pelo poder normativo e pela discricionariedade na dotação de recursos, dotação essa condicionada ao atendimento (competitivo) de regras.

Na elaboração de regras, participam a comunidade acadêmica (representada por seus próceres: docentes com maior projeção, que demonstraram competência na convivência com as regras que devem atualizar e adaptar) e a burocracia estatal, cuja formação acadêmica foi provida pelos mesmos PPG que agora devem disciplinar.

A única síntese possível a partir desses elementos apresentados é que os agentes do CCA são sujeitos às regras que eles mesmos criaram:

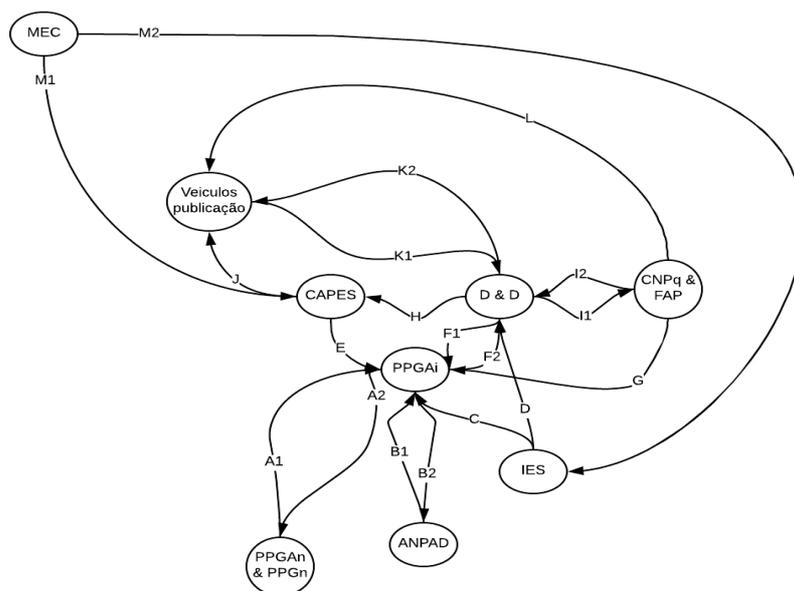
- Para que os PPG sejam bem avaliados, precisam produzir; para produzir, precisam de docentes produtivos; docentes produtivos são aqueles que conseguem publicar em (bons) periódicos; os periódicos tem regras e pareceristas; as regras são estabelecidas pelos editores, que pretendem

uma boa avaliação (Qualis superior) e assim se conformam com as regras da Capes, estabelecidas pela comunidade acadêmica e pela burocracia estatal, que foram formados pelos próprios PPG; os pareceristas são os docentes, agora em papel de avaliadores.

- Para almejar a bolsa de produtividade do CNPq, os docentes precisam cumprir de forma destacada os quesitos do Conselho, quesitos esses com gênese, métricas e fundamentos de avaliação e acompanhamento assemelhados aos da Capes.
- Quem avalia os PPG e os competidores para a bolsa de produtividade, seguindo os quesitos da Capes e do CNPq, respectivamente, são, em primeira instância, os docentes de outros PPG, atuando como consultores ad hoc: eles “medem” o trabalho de colegas docentes, através de regras que ajudaram a regulamentar.
- Quem avalia os projetos de pesquisa, submetidos a editais competitivos por professores de PPG visando amealhar recursos para produzir boas pesquisas e conseguir publicar seus resultados, são novamente os docentes dos PPG, em maior monta.

De tal modo que é admissível propor uma representação do CCA como na Figura 1. Ela, não se pretende exaustiva: traz apenas algumas entidades e relações já introduzidas e consideradas mais relevantes. Nela, as entidades são o **MEC** (representando todo o ordenamento jurídico e administrativo disciplinador atuante sobre a Capes e as IES); os **veículos de publicação**: periódicos e os congressos, a **Capes**; **D & D** são os docentes e discentes do PPGA; **CNPq & FAP**, como entidades e fundos de fomento, **PPGAI**, **PPGAn & PPGn**, como o Programa de Pós-Graduação em Administração em questão, os outros PPGA e demais Programas de Pós-Graduação das demais áreas do conhecimento, **IES**: a Instituição de Ensino Superior (ou outra entidade científica) mantenedora do PPG; e, por fim, a **ANPAD**, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, representando as sociedades e fóruns científicos da área. As letras entre os conectores direcionais representam o fluxo de um dado recurso entre as entidades, tal como decodificado na Tabela 1.

Figura 1 – Campo Científico da Administração



Fonte: Elaborado pelos autores

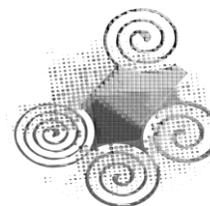
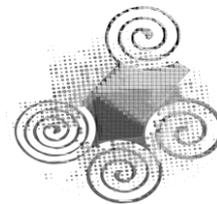


Tabela 1 – Fluxo entre as entidades do CCA

	Para												
	MEC	CAPES	Veículo i	Veículo j	Docente i	Docente j	Discente i	Discente j	CNPq & FAP	PPGA i	PPGAn & PPGn	ANPAD	IES
MEC	-	Regras	-	-	Regras	Regras	Regras	Regras	-	-	-	-	Regras, \$
CAPES	-	-	Qualis	Qualis	-	-	-	-	-	Regras, Avaliação, \$	Regras, Avaliação, \$	-	-
Veículo i	-	-	-	Competição	Divulgação	Divulgação	Divulgação	Divulgação	-	-	-	-	-
Veículo j	-	-	Competição	-	Divulgação	Divulgação	Divulgação	Divulgação	-	-	-	-	-
Docente i	-	Consultoria, Parecer	Editoria, Parecer, Artigo	Editoria, Parecer, Artigo	-	Competição, Parceria	Aula, Orientação	Aula, Orientação	Consultoria, Parecer	Coordenação, Produção	Produção	Coordenação	Encargos
Docente j	-	Consultoria, Parecer	Editoria, Parecer, Artigo	Editoria, Parecer, Artigo	Competição, Parceria	-	Aula, Orientação	Aula, Orientação	Consultoria, Parecer	Coordenação, Produção	Produção	Coordenação	Encargos
Discente i	-	-	Artigo	Artigo	Parceria	Parceria	-	Parceria	-	Produção	-	-	-
Discente j	-	-	Artigo	-	Parceria	Parceria	Parceria	-	-	Produção	-	-	-
CNPq & FAP	-	-	Regras, \$	Regras, \$	Regras, \$	Regras, \$	Regras, \$	Regras, \$	-	Regras, \$	Regras, \$	Regras, \$	Regras, \$
PPGA i	-	Participação	-	-	Regras	Regras	Regras	Regras	-	-	Colaboração	-	-
PPGAn & PPGn	-	Participação	-	-	Regras	Regras	Regras	Regras	-	Colaboração	-	-	-
ANPAD	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Seleção, Divulgação, Articulação	Seleção, Divulgação, Articulação	-	-
IES	-	-	\$	\$	Regras	Regras	Regras	Regras	-	Regras, \$	Regras, \$	-	-

Fonte: Elaborado pelos autores



Na Tabela 1, a célula ij indica a relação entre as duas entidades através de fluxo de i para j . Assim, por exemplo, o CNPq dita regras aos docentes e discentes, compensando-o com recursos de ordem financeira, via editais (\$). Por sua vez, os docentes participam do CNPq com consultoria e pareceres. Apenas os fluxos mais interessantes estão destacados.

A tantos itens, é imprescindível dar a conhecer os instrumentos utilizados na mediação entre as entidades do CCA.

- ORCID, ResearcherID;
- ISSN;
- D.O. I;
- Classificação Qualis;
- Plataforma Sucupira, com suas fichas de avaliação;
- Plataforma Lattes;
- Repositórios, instrumentos de busca e assemelhados;
- Sites das entidades;
- Editais (de fomento, de bolsas, de seleção);
- Leis, decretos, portarias e códigos (explícitos – por exemplo: código de ética em pesquisa envolvendo humanos; ou tácitos, como a reciprocidade, por exemplo, na composição de bancas);
- Manuais e instrumentos para a formatação científica;
- Softwares analíticos;
- Bancos de dados;
- Plataformas gerenciadoras de dados abertos;
- Quantificadores bibliométricos: Publish or Perish, Journal Impact Factor, Google Scholar, h-index, i10- Index;
- Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e seus pareceres.

De tudo apontado, indica-se que o CCA é formado por organizações de diversas matizes, pesquisadores (docentes e discentes), redes (de organizações, de pesquisadores), recursos que fluem entre as entidades, instrumentos de intermediação e regras, regulamentos e códigos, inclusive tácitos. O arranjo é hierarquizado, com a espinha dorsal constituída por Capes – PPGA – Pesquisadores, em ligação simbiótica entre si e com as demais entidades.

Lentes interpretativas: agência, estrutura e campos organizacionais

Os integrantes dos PPGA tomam decisões, escolhem. Quem entra, quem orienta quem, qual prioridade conceber a cada tarefa, quem recebe bolsa, qual concepção teórica a ser empregada naquela investigação, qual convênio a perseguir, qual edital mais adequado, que livro indicar, a qual colega deve pedir uma explicação ... A integração desse conjunto de decisões, individuais ou colegiadas, em um todo mais harmônico possível é o desafio organizacional implicado na teoria da decisão, remetendo-se a Simon (1997).

Essas escolhas poderiam ser estudadas sob o prisma da escolha racional: cada pessoa faz a sua opção tentando maximizar a sua própria função utilidade, de forma isolada, estanque, atomística – dispensando de maiores cuidados a interferência estrutural. Em oposição, se tanto os agentes como a própria rede do PPG interagem sob uma estrutura “dada”, essa poderia ser vista como “externa à ação

humana, uma fonte de restrição à livre iniciativa do sujeito independentemente constituído” (Giddens, 1989, p.13), acarretando uma concepção de pessoas sensíveis a opiniões de outras e obedientes a normas, internalizados por meio da socialização (as normas do CCA, a partir do disciplinamento da Capes): as pessoas escolhem, mas tolhidas pelas estruturas, fazem como foram disciplinadas. Seria a preeminência limitante do todo social.

Berger e Luckmann (1966), Bourdieu (1997), Giddens (1989), Burt (1980), Granovetter (1985) e Lin (1999) oferecem uma terceira perspectiva. Nela, a ação do ator é guiada pela racionalidade na busca de seus interesses e pelo contexto social, sendo esse contexto social passível de ser alterado pelas ações futuras dos agentes, criando-se um sistema dinâmico e retroalimentado (Burt, 1980).

Já para Giddens (1989), a agência refere-se a atos intencionais ou não intencionais que o indivíduo perpetra e poderia, em qualquer fase da sua conduta, ter atuado de forma diferente – mesmo que os atos não tenham a intenção de provocar os efeitos alcançados. As consequências não intencionadas podem estar conectadas com práticas institucionalizadas: um padrão resultante de um complexo de atividades individuais intencionais, que é reproduzido: ao fazer a sua ciência, pesquisadores conferem legitimidade ao arranjo, mesmo que o critique. Já a estrutura, consistiria em um conjunto estável de regras e recursos implicados, de modo recursivo, na reprodução social. Talvez nenhum outro arranjo estrutural se preste tanto a demonstrar a viabilidade da proposta de Giddens que o CCA: agentes com competência “provável” para entender o que fazem e porque fazem, resultando em uma estrutura que é também estruturante, que modela as ações subsequentes na reprodução da ação social: são conscritos viciados de uma gaiola dourada auto imposta, que impede maiores voos, mas protege de riscos.

Lin (1999) explica um pouco mais o jogo social, partindo da premissa de que os indivíduos (professores e alunos, por exemplo) se relacionam para aferir benefícios: do fluxo de informação; da possibilidade de exercer influência naqueles que têm papel crítico em decisões que interessam o agente; das credenciais sociais que as ligações sociais concedem ao indivíduo e do reforço da identidade, facilitado pelas relações sociais. Para Lin (1999), existe um “Capital Social” que pode ser definido como (i) os recursos imbricados em uma estrutura social e que são acessados e mobilizados propositadamente, ou (ii) como os investimentos em relações sociais, realizados por indivíduos, por meio dos quais eles mantêm ou ganham acesso a recursos. No caso, docentes e discentes com maior Capital Social estariam mais propensos a terem uma maior produção intelectual, dado os recursos que detêm; ao realizá-la, ampliam a reputação, que serve para angariar novas relações, o que é previsto pelo modelo das ligações preferencias desenvolvido na teoria de redes: docentes e discentes do PPGA estabelecem e mantêm uma rede de relações, entre si e com o “mundo externo”.

Outra forma de entender o Capital Social é aquela de Coleman (1988), para quem a escolha de um ator em confiar em outro é uma decisão arriscada, em um regime de informação incompleta e de falta de segurança sobre o comportamento futuro. Uma estrutura (rede) densa pode promover o aumento de confiança como uma forma de crédito social e, assim, expandir a capacidade de ação do sistema. A confiança teria um caráter de reciprocidade e não se basearia na boa vontade entre as partes. Assim, se os acordos são mantidos, os integrantes do PPGA podem aceitar uma relação de dependência mútua, uns de outros e com outros PPGA, facilitando as parcerias, aumentando a cooperação, resultando em maior produção do conjunto.

A teoria institucional também lida com questões referentes à estrutura e ao agente, procurando entender como uma instituição (aqui, um conjunto de normas) estrutura o comportamento humano, se ela é dependente da disposição dos agentes em comportar-se de tal forma. Uma explicação (dita calculadora) indica que os indivíduos buscam maximizar seu rendimento dentro de um conjunto de objetivos definidos por uma “função preferência” externa, adotando um comportamento estratégico (as pessoas examinariam todas as escolhas possíveis para selecionar aquelas que oferecem um benefício máximo). As instituições afetariam o comportamento ao reduzir a incerteza dos atores quanto ao comportamento presente e futuro dos outros atores, indicando, inclusive, os mecanismos de aplicação

dos acordos e as sanções correlatas. Já a explicação cultural parte do ponto de vista de que o comportamento não é inteiramente estratégico, mas limitado pela visão do mundo própria ao indivíduo – mesmo racional e orientado para fins – que recorre a protocolos estabelecidos ou a modelos de comportamento já conhecidos para atingir seus objetivos. A escolha de uma linha de ação dependeria da interpretação de uma situação mais do que de um cálculo puramente utilitário. As instituições agiriam como fonte de modelos morais e cognitivos que permitem a interpretação e a ação (Hall & Taylor, 1996).

O CCA é um ambiente composto de normas, regras, teorias de ação, esquemas cognitivos e símbolos, como a titulação acadêmica, a meritocracia, o trabalho solidário (de editores, pareceristas e consultores ad hoc – quase sempre, não remunerado), a livre circulação de conhecimentos, o mérito de esforços cooperados, a inter e a transdisciplinaridade e a competição por recursos. De alguma forma, esses padrões interferem nas ligações entre os docentes e os discentes, dentro do PPGA e entre PPGA, modelando a sua percepção dos recursos, das opções estratégicas e das consequências das ações ao longo da linha do tempo. Os PPGA tornar-se-iam assemelhadas em uma busca por legitimação, o que facilitaria as transações entre seus pesquisadores. A defesa da dissertação seria um rito de passagem. Os encontros de apresentação de pesquisa passam a ser vistos como uma prática cultural, e não mais um simples instrumento de difusão de conhecimento.

Cabe, por fim, uma leitura retomando o conceito de campo organizacional, agora na ótica de Bourdieu (1983), para quem o campo é uma estrutura (espaço) social de dominação e de conflitos. Cada campo teria uma certa autonomia e possuiria as suas próprias regras de organização e de hierarquia social. Assim, o indivíduo joga segundo sua posição neste espaço delimitado, que é constituído de relações históricas e objetivas, ancoradas em certas formas de capital. A sociedade (campo social) seria composta por diversos campos como, por exemplo, intelectual, religioso e artístico, cada um com um tipo específico de capital e definido como locus onde se dá o jogo das relações sociais. Cada campo seria constituído de posições (centrais ou marginais, dependendo da quantidade de capital possuído), que são ocupadas pelos agentes.

A convivência entre os diversos campos na sociedade daria espaço para relações de força entre os diferentes tipos de capital para conseguir dominar o campo correspondente e cujas lutas se intensificam sempre que o valor relativo dos diferentes tipos de capital é posto em questão. Há capital de vários tipos (cada um com sua especificidade de poder) que são ativos em um ou outro campo de forças e de lutas. Assim, a estrutura pode ser vista como espaço multidimensional de posições, de tal modo que cada posição atual pode ser definida em termos de coordenadas multidimensionais, cujos valores correspondem aos valores de diferentes variáveis pertinentes. Assim, os mesmos agentes são distribuídos dentro dele, em uma primeira dimensão, de acordo com o volume global de capital que possuem e, na segunda dimensão, de acordo com a composição de seus capitais. E, um mesmo agente estaria inserido em vários campos e a sua posição no campo social, que abrange todos os campos específicos, vai depender da quantidade e da composição do seu conjunto de capitais (Bourdieu, 1983).

No segundo ponto, ainda com Bourdieu (1983), a realidade social é tomada como composta da estrutura objetiva e das estruturas sociais subjetivas (habitus). Mesmo quando os agentes constroem a sua própria visão de mundo, o fazem sob pressões estruturais. Mesmos os mais desfavorecidos tendem a perceber o mundo como natural e a achá-lo aceitável por força do habitus, uma vez que a apreensão do mundo não se faria de forma consciente (os desejos dos indivíduos estariam em conformidade com o seu grupo social a partir da posição ocupada na estrutura).

O discente do PPGA está imerso na confluência do campo científico e do campo educacional, que atuam, no caso, de forma sincrônica, pelo menos no que foi examinado: bom discente ou docente é o mesmo que bom pesquisador. Fora dos PPGA, mas ainda nas IES, já há distinção: existem docentes que não pesquisam, mas, usualmente, os cargos de maior relevância nas IES, pelo menos nas públicas,

são reservadas a doutores-pesquisadores. Nos PPGA, os papéis se confundem e ambos os campos valorizam o Capital Social de forma assemelhada.

O fenômeno é bem diferente ao se justapor o campo empresarial. Caso não, abre-se espaço para a dissonância entre escrever artigos e praticar a gestão para aumentar a riqueza. Os valores e forma de perceber as coisas são distintas: o topo da classe de um e outro campo (pesquisador BP 1A do CNPq; primeiro executivo de uma grande empresa) detém recursos e goza de bens simbólicos distintos. A destacar, o CCA tem bastante autonomia, quando comparado com outros campos científicos porque o campo empresarial não interfere, por não valorizar pesquisas em administração, confiando em insights próprios e em consultores gurus, eventualmente, até da academia.

Práticas e estratégias no CCA

Foucault vê o poder disciplinar como aquele que visa dominar o corpo, tornando-o dócil e produtivo. O corpo dócil é aquele que pode ser submetido e utilizado, aperfeiçoado e transformado no corpo que pode produzir. A disciplina é uma tecnologia positiva do exercício do poder, um conjunto de táticas que produz o controle temporal e minucioso do corpo, realizando a sujeição constante de suas forças, impondo-lhe uma relação docilidade/utilidade (Silveira, 2005).

Para se tornar dócil, o iniciante no mestrado deve ser individualizado: fazer a matrícula entregando dados pessoais, obter seu ORCID, inscrever seu currículo na Plataforma Lattes (e o manter atualizado, como demandado exaustivamente pela secretaria do PPGA), identificar-se associando-se ao Programa em cada produção, fazer a carteirinha da IES, obter acesso ao Portal Periódicos. Uma vez marcado com a identificação, passa a ser monitorado: recebe notas, créditos e cobranças, que definem os limites alocativos de recursos – tempo, o principal. Tem metas e plano de curso a cumprir. Deve apresentar relatórios periódicos desnudando sua performance. Submete-se à qualificação e ao rito final de passagem, a defesa da dissertação, medida por uma banca. Tudo sob a observação e tutela de um orientador, com poderes consideráveis sobre o mestrando.

Mas não só os discentes são escrutinados, pesados, avaliados e chancelados. Também o docente: há tempos, eles e os PPG são medidos em termos de pontuação Capes por ano, % de publicação qualificada sobre o total, prazo médio de defesa e mais um conjunto de métricas de produtividade; lembrando ainda que docentes em entidades federais, cada um com seu critério, são considerados em dia quando cumprem uma carga de encargos, onde cada item (horas-aula, orientações, publicação em periódico e em anais, participação em comissões, tarefas administrativas, projetos de pesquisa e de extensão etc.) tem seu peso e são conversíveis em pontos.

Se onde há poder, há vigilância, existe também a resistência. Os choques entre o poder e a resistência geram novas configurações dinâmicas de poder, segundo Cappelle, Melo e Brito (2004), interpretando Foucault.

Quando se discute as respostas de sujeitos às imposições em campos bem estruturados (como o CCA), é recorrente a citação do trabalho de Oliver (1991). Utilizando-se das Teorias Institucional e da Dependência de Recursos, ela propôs em seu ensaio teórico e bibliográfico que as reações podem ser agrupadas em cinco conjuntos (estratégias), cada um com três categorias (táticas), caminhando gradativamente da aceitação passiva à resistência ativa: aquiescência, compromisso, evasão, contestação, manipulação. O Quadro 2 reproduz a classificação proposta por Oliver (1991).

Quadro 2 – Reações às pressões ambientais

Estratégias	Táticas	Descrição	Exemplo adaptado ao CCA
Aquiiescer	Aderir ao hábito	Internalizar as normas, mesmo as tácitas, e valores, automaticamente, de forma inconsciente	Aceitar a divisão tradicional de papéis entre professor e aluno
	Imitar	Reproduzir modelos institucionalizados, independentemente do grau de consciência	Praticar o coletivismo (comissões, bancas, pareceres duplo-cegos); defender a meritocracia
	Obedecer	Seguir ou incorporar valores e normas, de forma consciente, esperando se beneficiar ou evitar prejuízos	Cumprir os prazos definidos em editais e pela CAPES
Acomodar	Equilibrar	Balancar as expectativas entre os diversos stakeholders e delas com os interesses da organização	Mediar a autonomia do pesquisador & exigência da CAPES de enquadramento em área de concentração e linhas de pesquisa
	Aplacar	Suavizar as pressões institucionais	Obter a extensão de prazos, postergar atendimento de mudanças regulamentares
	Barganhar	Extrair alguma concessão para atender as demandas	Requerer maior/melhor espaço físico para aumentar a oferta de vagas demandada pela sociedade
Evadir	Disfarçar	Esconder as não-conformidades, dar a entender que os ditames institucionalizados estão sendo cumpridos	Criar planos de desenvolvimento do PPG meramente para mostrá-los à CAPES, sem comprometimento de executá-lo
	Ocultar/ impor barreiras	Aplicar mecanismos para limitar/evitar a vigilância de terceiros	Emitir relatórios complexos, longos e confusos em linguagem técnica hermética
	Fugir	Deslocar-se para um domínio menos conflituoso com os interesses internos (ou pessoais)	Evitar competir em editais com maior grau de exigência de conformidade ofertados por entidades mais fiscalizadoras
Desafiar	Ignorar	Desconsiderar normas, valores e autoridade ao pesar riscos de sanção e vantagens do comportamento	Não reservar vagas para negros, pardos e indígenas
	Contestar	Destacar a falta de sustentação racional e/ou social de normas e valores	Condenar o produtivismo, no discurso e na prática
	Atacar	Denunciar agressivamente práticas institucionalizadas	Empreender estudos críticos com o propósito explícito de romper o <i>mainstream</i> ortodoxo-funcionalista
Manipular	Cooptar	De forma oportunista, atrair pessoas detentoras de recursos (poder, reputação, informação) essenciais	Contratar pesquisadores com alto volume de publicação mesmo que com dedicação mínima no Programa, se tanto
	Influenciar	Atuar para conformar as normas e valores em consonância com os interesses próprios	Advogar para se definir fatores de ponderação (pesos) mais favoráveis entre as diversas atividades na apuração de encargos
	Controlar	Agir para alcançar o poder e o domínio sobre elementos externos estratégicos	Assumir a direção de órgãos alocadores de recursos, disciplinadores ou formuladores de políticas

Fonte: Adaptado de Oliver (1991); exemplos próprios

Como qualquer taxonomia, as classes do Quadro 2 podem ter limites confusos e ainda assim oferecer indicações que foram aproveitadas para exemplificar alguns dos comportamentos passíveis de serem observados no CCA. De resto, cabe a ressalva que os PPGA e seus integrantes não aderem a uma estratégia ou tática exclusiva. Eles adotam o mix delas que julgar mais apropriado, a tempo e momento, de acordo com as condições internas e a pressão ambiental.

Se ambos, Foucault e Oliver, são válidos; a questão é onde enxergar a resistência no caso da aquiiescência, de elevado ou absoluto grau de conformidade. Um bom encaminhamento é considerar que a resistência não se manifesta obrigatória e incidentalmente sobre o artefato e o ambiente ativador do processo. É o caso folclórico da pessoa, espezinhada pelo chefe e impotente nessa relação, desconta

no parceiro conjugal e nos filhos ou, na falta deles, no cachorro. Ou então, do discente, pressionado pelo prazo, acumula stress, somatiza, desenvolve uma doença e não cumpre o prazo, não por falta de competência (atentatória da autoimagem) e sim por fator “fortuito” e indutor de solidariedade. Aqui, o discente “desconta” nele mesmo.

Por outro lado, e fato, um diretor convidava e levava a equipe auditora de uma entidade certificadora - contratada para avaliar a conformidade de Sistema de Gestão da Qualidade de sua empresa com o padrão ISO 9001, para longos almoços em restaurantes distantes, dispensando o bom restaurante da fábrica - com o fito de reduzir o tempo remanescente para a auditoria e daí as oportunidades de se levantar não-conformidades, controlando o risco a certificação; ainda que com a impressão que esse almoço prolongado já era antevisto pela empresa certificadora em sua programação. Ou do professor, que determina um prazo curto para a tarefa, sabendo que haverá pedidos de alongamento ou de postergação, independentemente do prazo.

Ambas as situações exemplificam comportamento estratégico, deliberado e consciente. Mas nem sempre a deliberação consciente é requerida para que as reações de terceiros às ações iniciais estejam presentes e dadas como certas, se o campo for estruturado, ensejando o habitus. Se, para Bourdieu (1983), habitus resulta de regularidades associadas a um meio socialmente estruturado (como o CCA) e consiste de um sistema de disposições duráveis que gera e estrutura práticas e representações que podem ser "reguladas" e "regulares", objetivamente adaptadas aos fins pretendidos pelos agentes, que possuem o domínio das operações coletivas necessárias para atingi-los no contexto de uma “uma orquestra sem um regente” – então, graças ao habitus em comum, ao encetar práticas para a consecução de um projeto ou plano, o agente A antecipa automaticamente, dispensando qualquer deliberação, as (re)ações de outros agentes afetados, no caso B. Esquemáticamente:

Tudo se passa como as ações de cada um deles (seja a2 para A) se organizassem em relação as relações as reações que essas ações exigem de todo agente dotado do mesmo habitus (seja b1 a reação de B a a1) de maneira que elas implicam objetivamente a antecipação da reação que essas reações chamam por sua vez (seja a2, reação a b1). (...) O habitus está no princípio de encadeamento das "ações" que são objetivamente organizadas como estratégias sem ser de modo algum o produto de uma verdadeira intenção estratégica (o que suporia, por exemplo, que elas fossem apreendidas como uma estratégia entre outras possíveis). (Bourdieu, 1983, p. 61).

Quer pelo habitus quer pela intenção estratégica, o CCA convive com ações & reações que merecem o reparo do iniciante no mestrado. Um bom exemplo foi a decisão da Capes de reduzir a importância da publicação em anais de Congresso e congêneres. Em consequência, pesquisadores de renome se obrigaram a buscar a divulgação em periódicos, quando antes se contentavam em apresentar os trabalhos nos Encontros, normalmente, em uma locação atrativa. Essa mudança pode ser bem acompanhada nos currículos dos pesquisadores – trocou-se anais por revistas científicas: as investigações concluídas são encaminhadas aos periódicos, corrigindo uma disfuncionalidade ao se rebaixar os Congressos como meio para discutir resultados preliminares (working papers). Todavia, a regra maior permanece: faça a divulgação para construir a sua reputação, artigo a artigo. Afinal, publish or perish!

Publish or perish

O resultado de uma pesquisa pode ser uma patente ou um protótipo. Pode ser um novo método. Ou um modelo. Uma nova compreensão. De qualquer forma, espera-se que a pesquisa seja divulgada, facilitando o desenvolvimento da Ciência. Existe comprovação empírica que sem a pressão por publicar, que torna o ambiente intelectualmente mais estimulante, os professores podem ficar apáticos, agastados e, por consequência, menos produtivos (Rond & Miller, 2005). É tão mandatória a obrigação de divulgação, que foi concebido o aforismo “publish or perish”, publique ou morra.

A imposição é disseminada e é mantra na academia. As universidades australianas recebem recursos

extras baseadas em taxas de publicação e nelas professores somente são promovidos se tem um bom volume de artigos publicados (McGrail, Rickard, & Jones, 2006). A pressão (e os benefícios, inclusive monetários) é de tal ordem que na China criou-se uma “indústria” de fraudes, como publicar pesquisa inexistente, plágio, falsificação e fabricação de dados (Qiu, 2010).

Nos EUA, os pesquisadores recebem pressão dos gestores das universidades para publicar e assim aumentar reputação da escola (Miller, Taylor, & Bedeian, 2011), a ponto que um elevado volume de publicação em periódicos classificados como top A é condição habitual para conseguir estabilidade no cargo de professor (Rond & Miller, 2005). A exacerbação do princípio estabeleceu o trade-off: produtividade & qualidade (profundidade, inovabilidade, criatividade, alcance social). Não é raro encontrar professores com 20, 30 artigos publicados anualmente, por anos a fio. Ainda que per si, isso não indica menor qualidade do conjunto, seria, no mínimo, passível de questionamento.

Mesmo quando o pesquisador adote o comportamento classificado por Oliver (1991) de aquiescência, na categoria “obedecer”, conformando-se com a imposição ambiental, e assim alocar esforços para conduzir pesquisas e relatá-las com competência, há todo um conjunto de comportamentos alternativos ou adicionais comuns na academia, enquadráveis como manipulações e evasão. Lista-se:

- i. Optar por pesquisas com maior chance de conclusão em espaço curto de tempo e de maior taxa de aceitação (abandonado estudos etnográficos aprofundados, pesquisas longitudinais alongadas, temáticas e metodologias não incorporadas pela ortodoxia);
- ii. Alavancar-se por meio de rede de parceria: enquanto uma rede pode ser (e é, frequentemente) um meio de ter acessos a recursos importantes (informação, conhecimento, acesso, laboratório), uma derivação aética é o consórcio de autoria, no caso, espúria;
- iii. Como moderação do expediente anterior, aplicar a regra do “três mais um”: os alunos podem trabalhar em grupo, conquanto que no máximo de três pessoas, para caber o docente dentro do limite habitual de quadro autores por artigo dos melhores periódicos nacionais;
- iv. Explorar “minions”, seres que vivem para servir, geralmente orientandos, obrigando-os a cumprir parte dos encargos acadêmicos do professor, liberando-o para atividades “mais produtivas”;
- v. “Ordenhar a vaca leiteira”: extrair o máximo de utilidade de um conhecimento adquirido reaplicando-o sistemática e rapidamente, enquanto ainda é bem recebido;
- vi. Desmembrar a pesquisa em várias peças, ainda que em detrimento da melhor comunicação acadêmica, recurso reconhecido como técnica do açougue ou ciência-salame (Smolčić, 2013; Reinach, 2013);
- vii. Conjuguar ordenhar a vaca leiteira, técnica do açougue e rede de parcerias, incidindo em autoplágio, citação cruzada e casada (A cita B que cita A) e a autocitação;
- viii. Independentemente do grau de contribuição relativa, apresentar como primeiro autor aquele com maior titulação, de preferência, doutor, na expectativa de melhor recepção quando da submissão;
- ix. Simplesmente, não engajar em pesquisas, preenchendo a pontuação requerida pela IES com encargos didáticos ou administrativos.

Uma consequência impremeditada e interessante desse status quo é, nas palavras de Rond e Miller (2005), a concretização de um ciclo incestuoso e fechado de pesquisadores escrevendo quase exclusivamente uns para os outros, em rumações esotéricas, circunscritas ao CCA, não aplicáveis no campo de negócios ou na administração pública. Isso é corroborado por estudos de Miller, Taylor e Bedeian (2011) que indicam a perda de relevância, criatividade e inovação nas pesquisas em

administração. E, acrescenta-se: provoca a marginalização do ensino, uma vez que os pesquisadores passaram a considerar que o tempo dedicado a preparação de aulas, as aulas em si, as correções de provas e as orientações como interrupções maçantes do trabalho real, de pesquisa.

Outro efeito impremeditado é a proliferação de periódicos de qualidade duvidosa, que inundam as caixas de entrada de e-mail de pesquisadores com ofertas de divulgação de pesquisas mediante o pagamento de taxas. Dado que a quase totalidade dos periódicos está agora disponibilizada exclusivamente em meio eletrônico, não há mais o custo da impressão e da distribuição física, reduzindo o risco de empreendimento; ainda mais que o acesso a artigos em periódicos pode ser cobrado.

Dá-se assim a gênese ao produtivismo, criticado por Trein e Rodrigues (2011, p. 778, 785):

(...) O atual Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação estabelece regras mercantis para a própria produção do conhecimento: a regra atual de concessão de financiamentos é a mesma utilizada para a concorrência pública da construção de estradas – o edital. Com efeito, para vencer a “concorrência”, os pesquisadores consorciados deverão demonstrar sua “capacidade técnica” de produção, por meio de indicadores claros e precisos, tais como o volume de sua produção anterior e a previsão dos produtos resultantes da investigação [sic]. Para garantir a continuidade da produção científica, os consórcios de pesquisa estabelecerão uma disciplina interna rígida, de cumprimento de tempos e movimentos, segundo o cronograma preestabelecido e ratificado pela agência de fomento. (...) Assim, ficamos prisioneiros do sistema que criticamos, participamos da concorrência que condenamos, aprimoramos a avaliação que nos subjuga.

É comum a associação do produtivismo ao “gerencialismo” e “mercantilismo” e à prevalência de indicadores quantitativos, indicadores de volume, e não da qualidade.

O complemento da reação foi a criação de artifícios para salientar a qualidade da pesquisa realizada pelo pesquisador (exigência de publicação em periódicos qualificado A1, A2 e B1; limitação da computação de pontos de periódicos B4 e B5). Contra a coautoria espúria (ou cerimonial, pseudoautoria, honorária), já se consolidou a limitação de um número máximo autores, variando de três a cinco. A motivação por detrás do limite é declarada em Rossoni (2018) como forma de restringir os conluos de publicação, a inclusão de autores visando futura reciprocidade, a inclusão “obrigatória” de orientadores, membros de banca e outros membros da burocracia e a inclusão por “caridade” de pesquisadores com produção baixa.

Considerações finais

Estes apontamentos foram submetidos e discutidos com os entrantes de três turmas de mestrado acadêmico em Administração, de quinze alunos em média, em 2018, 2019 e 2020, em um primeiro contato na semana inaugural e ao final de quatro meses (final do semestre letivo), quando se acrescentou a solicitação de indicações de reparos, discordâncias, erros, exageros, miopias e incompletudes - o que trouxe a esta última versão. A eficácia da socialização, facilitada pelas versões consecutivas do texto, pôde ser inferida com as seguintes proposições e questionamentos (também ajustadas pela participação dos docentes):

Em 2019, eram doze os dirigentes máximos das IFES mineiras, todos docentes-doutores experientes e destaques em pesquisa, alguns com bolsa de produtividade. Nenhum deles com formação na área de conhecimento Educação. Sete ensinavam e pesquisavam em alguma das várias Engenharias. Outros, em Literatura, Enfermagem, Ciência Política e Nutrição. Apenas o então Reitor da Universidade Federal de Juiz de Fora tem formação (mestrado e doutorado) em Administração. Dado que os pares participam (junto com discentes e técnicos administrativos) da elaboração da lista tríplice submetida à presidência da República e que, como regra, deixava prevalecer o primeiro indicado, parece razoável afirmar que o conhecimento acadêmico em administração, mesmo disponível entre os quadros de todas

as entidades, NÃO é fator a ensejar maior reconhecimento da Academia quando se trata de fazer a gestão de IFES mineiras que congregam ensino e pesquisa? O recado é que gestores podem e são feitos na prática, não se requer especialistas e nem seu conhecimento especializado, obtido de pesquisas? O CCA se presta para compreender as organizações, não para gerenciá-las?

Em 2017, foram emitidas 2.015 patentes para Toyota Jidosha K.K nos EUA: a empresa é inovadora e sabe proteger seu conhecimento técnico. No entanto, a maior revolução da Toyota, seu sistema de produção, não foi e não poderia ser panteado. Não se concede patentes para artefatos administrativos. Resta-lhes o recurso de proteção através de Direitos Autorais. Isso é uma indicação da diferença de produtos entre áreas científicas. Como produto diferente afeta as percepções e valores entre campos científicos? Um pesquisador da administração age de forma diferente de seu colega da engenharia, apesar de submetido à mesma Capes e trabalhando na mesma IES?

Docentes e discentes das áreas de Educação, Sociologia e Administração têm acesso às teorias sociológicas discutidas (e não discutidas) no texto. É pouco provável que façam seu doutorado nessas áreas sem serem defrontados com questões referentes a relação estrutura-agência em campos estruturados e estruturantes. Apetrechados com esse conhecimento, eles percebem e (re)agem de formas distintas de colegas das áreas de exatas, das engenharias e das ciências da vida que, a princípio, não gozariam da mesma oportunidade de entendimento do campo científico?

O quanto difere o CCA brasileiro, do americano e do francês (os dois últimos, quase invariavelmente, em entendimentos conflitantes)? Nos EUA, não tem Capes, o ensino e a pesquisa são majoritariamente privados. Se os CCA guardarem semelhança significativa, o papel da Capes é sobrevalorizado?

Admita que existem pessoas tipicamente idealistas e aquelas pragmáticas. Aceite que idealistas são aqueles que, quando confrontados com dissonâncias entre valores & prática, têm a propensão de se bater pelos valores. Aceite que os pragmáticos são aqueles que, na mesma situação, dobram os valores à prática. A Academia convive com situações aéticas, fato. Pessoas pragmáticas tem maior latitude de (re)ação as imposições estruturais, proposição. Então, conjecturando: mantida a competência intelectual constante, pessoas pragmáticas são mais produtivas (conseguem mais pontos por unidade de tempo) que as idealistas? Se admitido o Capital Social, esse é mais explicativo da produção dos pesquisadores que o Intelectual? Pessoas mais pragmáticas tem maior Capital Social?

Uma regra bibliográfica sistematicamente observada é que a distribuição da produção científica obedece a uma relação de potência: muitos com poucos pontos, poucos com muitos pontos, simplificando. Isso deveria ser considerado para classificar os pesquisadores e os PPG por produção. Independente da curva observada, a Capes trabalha com limites (quanto é uma razoável, boa ou muito boa produção) estabelecidos historicamente, a partir de um mix de pessoas que reagiram idealística ou pragmaticamente às imposições estruturais. A pontuação devido ao comportamento aético não sendo excluída do conjunto de dados, é absorvida. A Academia conhece tais estratégias, condena-os publicamente, mas é conivente, ao incorporar a produção propiciada da sua aplicação na definição dos limites. Há sofisma, falácia ou tautologia em o pesquisador argumentar que o uso de estratégias é decorrente da conivência da Academia com tal comportamento? Afinal, joga-se o jogo com as regras em uso e não com as regras proclamadas: muitos usam, porque a regra é usar porque muitos usaram.

As regras da Capes têm sofrido “aperfeiçoamentos” que não alteram a essência do Sistema, com o propósito manifesto de lhe aumentar a eficácia. Mas, premeditado ou não, qual é o quantum que resulta em barreiras de entrada e, eventualmente, de permanência, impostas por uma classe dominante protegendo a distribuição assimétrica de recursos, que lhe é favorável? Por outro lado, no CCA, quando, se e por que serão comuns e efetivamente obedecidas regras de controle: por exemplo, de dados abertos, de submissão prévia de pesquisa a avaliação ética, de explicitação da contribuição de cada autor? Em suma, como apreciar as mudanças institucionais?

Das discussões e tanto quanto possa valer, atesta-se que a socialização crítica mediada por este texto teve boa aceitação e foi considerada útil pelos participantes.

Referências

- Berger, P. L., & Luckmann, T. (1966). The social construction of reality. In Berger, P. L., & Luckmann, T. *The social construction of reality* (pp. 50-62.). New York: Randon House.
- Bourdieu, P. (1983). O campo científico. In Ortiz, R. (Org). *A Sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática.
- Bourdieu, P. (1997). The forms of capital. In: Halsey, A. H.; Lauder, A. H.; Brown, P.; Wells, A. *Education: culture, economy, and society* (pp. 46-58). New York: Oxford University.
- Burt, R. (1980). Actor interests in a social topology. *Sociological Inquiry*, 50(2), 107-132.
- Cappelle, M. C. A, Melo, M. C. O., & Brito, M. J. M. (2004). Uma análise da dinâmica do poder e das relações de gênero no espaço organizacional. *RAE-Eletrônica*, 3(22), 1-17.
- Coleman, J. S. (1988). Social capital in the creation of human capital. *American Journal of Sociology*, 94 (Supplement), 95-120.
- Foucault, M. (1977). *Discipline and punish*. New York: Panteon.
- Giddens, A. (1989). *A constituição da sociedade*. São Paulo: M. Fontes.
- Granovetter, M. S. (1985). Economic action and social structure. *American Journal of Sociology*, 91(3), 481-510.
- Hall, P. A., & Taylor, R. C. R. (1996). Political science and the three new institutionalisms. *Political Studies*, 44(5), 936-957.
- Lin, N. (1999). Building a network theory of social capital. *Connections*, 22(1), 28-51.
- Machado-Da-Silva, C. L., Guarido Filho, E. R., & Rossoni, L. (2006). Campos organizacionais: seis diferentes leituras e a perspectiva de estruturação. *Revista de Administração Contemporânea*, Edição Especial, 159-196.
- Mcgrail, M. R., Rickard, C. M., & Jones, R. (2006). Publish or perish: a systematic review of interventions to increase academic publication rates. *Higher Education Research & Development*, 25(1), 19-35.
- Miller, A. N., Taylor, S. G., & Bedeian, A. G. (2011). Publish or perish: academic life as management faculty live it. *Career Development International*, 16(5), 422-445.
- Oliver, C. (1991). Strategic responses to institutional processes. *The Academy of Management Review*, 16(1), 145-179.
- Qiu, J. (2010). Publish or perish in China. *Nature*, 463, 142-143.
- Reinach, F. (2013). Editorial: Darwin e a prática da "Salami Science". *Revista de Ciências Médicas e Biológicas*, 12 (especial), 402-403.
- Rond, M., & Miller, A. N. (2005). Publish or perish: bane or boon of academic life? *Journal of Management Inquiry*, 14(4), 321-329.
- Rossoni, L. (2018). Editorial: produtivismo e coautoria cerimonial. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, 17(2), 1-6.
- Silveira, R. A. (2005). *Michel Foucault: poder e análise das organizações*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Simon, H. A. (1997). *Administrative behavior* (4a ed.). New York: The Free Press.
- Smolčić, V. S. (2013). Salami publication. *Biochemia Medica*, 23(3), 237-241.
- Trein, E., & Rodrigues, J. (2011). O mal-estar na Academia: produtivismo científico, o fetichismo do conhecimento- mercadoria. *Revista Brasileira de Educação*, 16(48), 769-779.
- Yamamoto, O. H. (2000). Publish or perish: o papel dos periódicos científicos. *Estudos de Psicologia*, 5(1), 3-9.